

5.

Conclusão

O presente trabalho buscou apresentar os principais temas do pensamento teológico-político de Johann Baptist Metz, tendo como elemento referencial a discussão sobre a viabilidade de uma Teologia Política que pudesse ser instrumento da Teologia Fundamental para uma práxis libertadora. Os temas trazidos foram trabalhados em três partes principais.

O segundo capítulo, intitulado “A Teologia Política em Johann Baptist Metz”, tratou da biografia do autor, apresentada de modo sucinto, com ênfase nos elementos vivenciais e históricos que influenciaram seu pensamento, assim como os pensadores que tornaram possível seu arcabouço teórico. Presente neste capítulo também a discussão do termo “teologia política”, que precisa ser compreendido em um âmbito distinto da “política” como saber teórico-prático que geralmente é confundida com “política administrativa”. A Teologia Política não é uma práxis de preocupação restritivamente pragmática. Não se confunde com uma organização burocrática de administração pública do Estado, muito menos está ligada à nostalgia do poder da cristandade.

A Teologia Política de Metz propõe uma mudança hermenêutica para que haja uma efetiva comunicação teológica com o mundo, pondo em evidência o anseio do homem pela liberdade. Para Metz, a teologia política se estabelece como teologia na medida em que trata de uma revelação de Deus dentro da história humana e, deste modo, faz com que toda esta história seja significativa. Na história humana encontra-se o desejo e a ação de Deus. Assim, as relações sociais, culturais e políticas são necessariamente elementos que interessam ao cristianismo, pois neles se descortinam também a ação salvífica de Deus. É neste contexto que se apresenta uma “Nova Teologia Política”, na qual, de modo crítico, é refeito o caminho histórico no qual o cristianismo se entrelaçou com o poder político e diante das transformações culturais, como forma de sobrevivência, acabou por ceder a um papel ideológico, no qual se justificava o poder estabelecido. A Nova Teologia Política visa recuperar os elementos fundantes da tradição bíblica e vincular a

Teologia Fundamental com a práxis que lhe são estruturais e fundantes: o sofrimento e a libertação.

O terceiro capítulo tratou da pertinência da Teologia Política em Johann Baptist Metz. Foi discutida a aplicabilidade da Teologia Fundamental, tomando como ponto central a questão da teodiceia no contexto pós-iluminista. Em sua revisão histórica, Metz aponta como foi caracterizada a sociedade do período pós-iluminista e como as mudanças políticas e econômicas influenciaram o modo de se perceber o cristianismo em mundo onde a religião perdia paulatinamente espaço e autoridade.

O mundo pós-iluminista é marcado pela ascensão antropológica e, principalmente, pela fé na razão humana como meio capaz de estabelecer relações sociais justas, assim como a fraternidade e a paz. Este movimento trouxe consigo a “crise de Deus”, o descrédito das instituições religiosas e, de modo geral, a falência do discurso cristão. O cristianismo deixa de ser o centro das atenções e precisa adaptar-se ao mundo secularizado. Nesta crise, acaba por deixar-se adotar pelos ideais da burguesia, que percebe que o discurso religioso pode ainda ser “útil” diante do novo paradigma econômico que aos poucos se estabelece, assim como instrumento de controle social, justificando muitas vezes estruturas sociais injustas.

Para Metz, o homem como ser histórico está em constante transformação e o olhar para o futuro não permite fixar-se na segurança do presente. O medo do vindouro leva o indivíduo a desejar a falsa estabilidade do previsível e do domínio do próprio amanhã. Deste modo, o grande mito do século XXI é o homem buscar o futuro sem o advento de Deus.

O quarto capítulo, *Memoria passionis*, voltou-se para os caminhos traçados por Metz como resposta ao contexto no qual se encontra o cristianismo hoje. Em primeiro lugar, para o autor, torna-se necessário entender como o cristianismo foi perdendo sua identidade judaica por causa da influencia helênica, e acabou por transformar “práxis” em “teologia”. O processo de helenização do cristianismo foi motivado por distintos motivos históricos e religiosos, tais como a expansão do cristianismo nas pequenas comunidades situadas em contexto romano, as guerras judaicas, a destruição do templo em Jerusalém, a expulsão dos judeus-

cristãos das sinagogas, mas também por um sentimento que foi se estabelecendo historicamente de que o cristianismo deveria ser o novo Israel, herdeiro autêntico das promessas divinas. Neste sentido, percebe-se o estabelecimento de um sentimento de “superação” e desmerecimento com o “antigo povo”.

As perseguições aos primeiros cristãos e a busca pela defesa da fé acabaram por aproximar as gerações seguintes do saber filosófico grego. E, com o decorrer da aceitação do cristianismo como religião lícita até sua ascensão como religião imperial, a herança judaica foi sendo desconsiderada, minimizada ou mesmo eliminada. Muitas das categorias essenciais do judaísmo, presentes no cristianismo primitivo, foram aos poucos “renegadas”, tais como a concepção de corpo, de tempo, de escatologia e apocalíptica. O cristianismo precisou se estruturar teológica e dogmaticamente, para isso serviu-se de elementos tomados e adaptados da filosofia e da lógica gregas. Esta influência acabou por trazer para o seio do cristianismo o dualismo e o gnosticismo, que mesmo identificados como estranhos aos ensinamentos das primeiras gerações, acabaram por fixar-se de uma forma ou de outra dentro da tradição cristã. Desta mesma forma, a estrutura mitológica tornou-se cada vez mais presente no cotidiano e na mente dos cristãos, gerando um “cristianismo mítico”, no qual a vida cotidiana perdia cada vez mais sua importância e voltava-se a atenção para as “realidades transcendentais”. As consequências deste processo foram avassaladoras: a negação da limitação do tempo, contrária a ótica judaica, gerou a ideia do tempo ilimitado como uma mitificação moderna do “eterno retorno de si mesmo”, oriundo do pensamento grego. Este tempo, desatado de objetivo, subtrai um fim do próprio homem. O “novo homem” não possui um “apocalipse”, ele não caminha para lugar algum, está em um espaço vazio, na alienação da realidade a sua volta. Da mesma forma, o corpo foi visto como algo negativo e pecaminoso, tornando-se “cárcere da alma”. Percebe-se, de modo geral, que o cristianismo perde sua essência judaica e com isso direciona-se para um caminho que o desfigura. A fé e a práxis tornam-se teologia sistemática, a alma toma o espaço do corpo, o tempo é reinventado e relativizado. A fé acaba por ser uma manifestação mágica, interesseira ou mercantilista, sem compromisso com realidade e com os que sofrem. O individualismo, a indiferença

e a falta de fé no próprio ser humano, tornaram-se marcas do nosso tempo, sendo também sequelas históricas do próprio cristianismo. Para o autor, o marco deste mundo indiferente ao sofrimento é *Auschwitz*, que se torna símbolo e paradigma da capacidade do homem de autodestruição. Para Metz, *Auschwitz* não pode ser nunca esquecido no discurso teológico e pelo cristianismo. Estará sempre como um sinal e divisor de águas, acenando para a necessidade da construção de um futuro diferente.

Neste processo, percebe-se também que a teodiceia, nascida como discurso sobre Deus, no qual se busca compreender as categorias divinas, torna-se um discurso frio, onde, pelas categorias lógicas, justifica-se a bondade de Deus em contraponto com o mal do mundo, provocado pelo pecado humano. Neste contexto, a mensagem fundante do cristianismo, o clamor dos que sofrem, é colocada de lado em prol da questão salvífica. A soteriologia muda de perspectiva e não mais se fundamenta nas vítimas e no sofrimento. A pergunta por justiça para os que sofrem, vítimas inocentes, foi substituída no discurso cristão pela pergunta por redenção aos culpáveis. A discussão soteriológica dominou o pensamento teológico, deixando pouco espaço para a preocupação com a teodiceia.

Para Metz, o sofrimento do outro é uma provocação religiosa e não pode separar a paixão por Deus pela compaixão com os que sofrem. Com isso, tem-se explicitamente a obrigação de uma práxis cristã comprometida com a dor alheia e que não pode se desvincular de sua responsabilidade política. Deste modo, a identidade fundante cristã somente pode ser encontrada na memória narrativa que torna viva a experiência humana e, nelas, o encontro com o Deus da libertação e da esperança é inevitável. A fé cristã está alicerçada na ação salvífica deste Deus, preservada e atualizada na fé judaica por meio das sinagogas. Neste espaço, torna-se inegável a ação de um Deus que se coloca do lado de povo que clama em seu sofrimento e não é desamparado. É neste contexto que se apresenta o conceito de “*memoria passionis*”, uma memória fundante do cristianismo que caracteriza-se por ser sensível ao sofrimento do outro. Considerar o sofrimento do outro não passa apenas pela sensibilidade da cultura, mas no processo de reconhecimento da dignidade do outro. O fundamento cristão está na obrigação de todos em perceber

os infortúnios do mundo, do grito dos que mais sofrem, das vítimas de ontem e de hoje. A autoridade dos que sofrem deve ser o motivo do cristianismo para uma ética global, independente de qualquer cultura, religião, e, mesmo da Igreja.

A autoridade dos que sofrem é a única alternativa consensual para o mundo, por causa da sua universalidade, não está limitada ao campo religioso ou cultural, e nisto reside uma grande força diante de critérios plurais de um mundo globalizado. A autoridade da vítima se reconhece na dignidade humana, ultrapassando questões unicamente sociológicas. Portanto, quando se consolida a dignidade humana na robustez da autoridade da vítima, a grandeza do ser humano se manifesta incontestavelmente. O consenso desta autoridade está na igualdade de todos os homens no sofrimento, pois ninguém pode se isentar desta responsabilidade. Todos estão comprometidos, independentemente da religião ou da cultura, trata-se de uma autoridade transcultural basilar para a construção da paz no relacionamento marcadamente plural no mundo.

A autoridade das vítimas impele o cristianismo a enxergar o sofrimento pelo olhar daqueles que suportam as injustiças históricas e sociais, abandonados e esquecidos pela lógica dos dominadores. A solidariedade com o sofrimento alheio não pode permitir que as dores sejam esquecidas, a morte daqueles que sofrem não deve ficar sem sentido. Deixar a morte dos injustiçados no passado é esquecer do próprio presente.

O interesse pelos mortos não se limita ao sentimento de saudade, seria desumano esquecer ou reprimir a pergunta pela justiça ao sofrimento das vítimas, deixando sem sentido a dor passada. Para Metz, a aflição de ontem não é compensada pela felicidade de hoje, ou seja, o bem-estar do filho não transforma o sofrimento dos pais em algo bom. O mesmo se pode dizer que as conquistas sociais não eximem a responsabilidade pela injustiça contra os mortos.

O êxito de Jesus sobre a morte significa uma vitória dos vencidos, o resgate daqueles que foram emudecidos pela história humana dominada pelos vitoriosos, pois os dominadores não são sensíveis aos outros que sofrem, somente se lembram dos que sofrem como instrumentos de reafirmação do seu poder. O Filho do Homem traz justiça aos que insistentemente são eliminados pela lógica do

vencedor. O verdadeiro ensinamento cristão somente pode ser entendido quando se escuta cuidadosamente a voz dos sofredores, pois o clamor dos desprezados direciona para o sofrimento do próprio Jesus. A salvação anunciada por Jesus Cristo está comprometida com esta injustificável história de sofrimento dos seres humanos. A liberdade para amar a todos sem distinção é a base radical do amor de Deus. A religião perde todo o seu significado sem o amor ao outro.

É a partir do resgate da memória dos que sofrem que se encontrarão caminhos de transformação para a herança negativa helênica no cristianismo. A Nova Teologia Política proposta pelo autor configura-se um avanço para o pensamento teológico e pode ser pensada, de modo geral, da seguinte forma: a autoridade para se falar de justiça só pode ser encontrada validamente naquele que sofre; a ênfase na autoridade da vítima como reconfiguração do discurso político; o retorno do tema da teodiceia como forma de ajudar a recolocar a Igreja no caminho do mundo político; o resgate da tradição bíblica-judaica de tempo limitado, como lugar da experiência vital do ser humano; a valorização do corpo como sinal profundo da unidade essencial do ser humano; o discurso ecumênico a partir da experiência do sofrimento e do clamor por libertação; a desvinculação da estrutura burguesa, econômica e política, com a fé cristã.

Todas essas questões devem ser encaradas com coragem, pois fazem parte essencial da constituição da fé cristã. O cristianismo fundamenta-se a partir de uma “memória perigosa”, que possui seu paradigma no Deus de Israel, que fala por meio dos profetas, que transforma as sociedades por meio de homens e mulheres que não foram indiferentes ao sofrimento alheio, e que em Jesus Cristo se torna sinal sensível na opção de amor pelos excluídos e sem voz de ontem e de hoje. Essa força de Deus na história, por meio de seu Espírito, ainda clama no seio da Igreja: “não podemos ficar indiferentes ao sofrimento!”.

Deste modo, ao fim deste percurso, espera-se que o leitor tenha conseguido fazer uma revisão e um aprofundamento nas reflexões de J.B. Metz sobre a sua Nova Teologia Política e como ela pode ser um importante instrumento para a Teologia Fundamental em uma práxis necessariamente libertadora. Como

mencionado, a presente dissertação é uma pesquisa acadêmica que pode e deve ser ampliada em pesquisas subsequentes.

O pensamento de J.B. Metz, para além dos debates da Teologia da Libertação na América Latina, é muito mais vasto, aberto e está em consonância com todos os atuais temas do universo teológico. Sua Nova Teologia Política, de modo especial, é grandemente relevante para se pensar teologicamente a questão da migração dos povos oriundos de países pobres e em situação de guerra, em consonância com o Documento de Aparecida:

“É expressão de caridade, também eclesial, o acompanhamento pastoral dos migrantes. Há milhões de pessoas que por diferentes motivos estão em constante mobilidade. Na América Latina e Caribe os emigrantes, deslocados e refugiados, sobretudo por causas econômicas, política e de violência, constituem fato novo e dramático.”¹⁷⁹

Tal questão, que vem suscitando debates, principalmente na Europa, traz à tona a temática judaico-cristã fundante sobre o Deus da Libertação, que escuta o clamor do seu povo e salva do sofrimento e da escravidão. Em um mundo onde as vozes da intolerância ressoam autoritárias e que novos extremismos ameaçam a constrangedora indiferença, pergunta-se qual o papel do cristianismo nestes novos contextos de dor, miséria, violência e radicalismos. O pensamento de Metz poderá ser uma preciosa ferramenta para repensar nosso papel pastoral em uma Igreja que busca ser seguidora de Jesus Cristo.

As perguntas de Metz precisam continuar aguçando a nossa sensibilidade religiosa, desestabilizando nossa indiferença, para que se provoque a necessidade de novas práxis que verdadeiramente dialoguem com os desafios cotidianos que o mundo nos apresenta. Sem dúvida, o maior desafio é o de viver verdadeiramente como cristão sem nunca desconsiderar o sofrimento e as vozes das vítimas de nossa sociedade.

¹⁷⁹ DOCUMENTO DE APARECIDA, São Paulo: Paulinas, 2009, p.185.